

O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROCESSO DE APRENDIZAGEM A PARTIR DOS JOGOS E BRINCADEIRAS

THE PLAYFUL IN INCLUSIVE EDUCATION: THE PROCESS OF LEARNING FROM THE GAMES AND PLAYS

*Andréa Alves de Souza¹;
Karina Miranda Machado Borges Cunha²;
Mônica Gonçalves de Andrade³.*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a reflexão sobre a importância dos jogos e brincadeiras na educação inclusiva e no desenvolvimento do aluno com as dificuldades de aprendizagem, adaptando a metodologia de ensino para ajudar e estimular essa criança. Não estamos adotando práticas ou instrumentos para contornar as dificuldades de aprendizagem, estamos buscando a dinamicidade e inovação, integrando atividades lúdicas, adotando ferramentas de apoio ao ensino. O objetivo é incentivar o aluno, de uma forma modesta a desafiar sua concepção sobre as suas próprias limitações. Os alunos com dificuldades de aprendizagem vão aos poucos transformando a imagem negativa do ato de conhecer, tendo uma experiência em que aprender é uma atividade interessante e desafiadora. Abordando também a importância da ludicidade como método no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Para compreensão melhor deste estudo, demonstramos a evolução histórica e a importância das teorias sobre a evolução da criança segundo Vygotsky. Palavras-chave: Educação Inclusiva, Ludicidade, Aprendizagem.

ABSTRACT

The present work aims to reflect on the importance of games and games in inclusive education and student development with learning difficulties, adapting teaching methodology to help and stimulate this child. We are not adopting practices or instruments to overcome learning difficulties, we are seeking dynamicity and innovation, integrating play activities, adopting tools to support teaching. The goal is to encourage the student in a modest way to challenge their conception of their own limitations. Students with learning difficulties are slowly transforming the negative image of the act of knowing, having an experience in which learning is an interesting and challenging activity. Also addressing the importance of playfulness as methods in the process of learning and development. For a better understanding of this study, we demonstrate the historical evolution, and the importance of theories on the evolution of the child according to Vygotsky. Word-keys: Inclusive Education, Playfulness, Learning.

¹Faculdade Delta. Pedagoga. Pós-graduanda em Psicopedagogia.

²Mestre em Letras e Linguística, Graduada em Letras e em Fonoaudiologia. Correspondência-Email: karina@faculdadedelta.edu.br

³Faculdade Delta. Pedagoga. Pós-graduanda em Psicopedagogia.

1 INTRODUÇÃO

A ludicidade é uma ferramenta importante no desenvolvimento das práticas pedagógicas, em especial na aprendizagem de crianças e adolescentes com alguma dificuldade de aprendizado, facilitando o cognitivo destes indivíduos e o trabalho do professor/educador. O processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais tem como foco a atividade lúdica como uma ferramenta que contribui para que o processo aconteça com sucesso.

A ação de brincar/jogar com o aluno é essencial na formação do educando, pois permite a socialização e integração. O professor/educador propondo atividades lúdicas, por meio de desenhos, material dourado, alfabeto móvel, jogo de dama, desenvolve o imaginário, raciocínio, memorização, vivência do aluno, com a disciplina que ele precisa aprender.

Os jogos e brincadeiras possibilitam maior interação entre o aluno com deficiência e o grupo de crianças no ambiente escolar. Nas brincadeiras as crianças adquirem experiências e, nelas acontecem as trocas de conhecimentos, que são imprescindíveis ao seu desenvolvimento, e claro, respeitando e diminuindo as diferenças e limitações de cada um.

A inclusão significa pensar na diversidade presente em nossas escolas, na necessária mudança de visão sobre o ensino, entendendo que as políticas educacionais precisam contemplar todos os cidadãos, independente das diferenças. Assim, a educação Inclusiva afirma que a inclusão requer um novo olhar para o aprendiz e para a sua escolarização. Exige um repensar da escola para que se adapte ao aluno e não ocorra o inverso.

O convívio dos alunos com a diversidade nas instituições educativas favorece a aprendizagem. Para aqueles que têm dificuldades na aprendizagem, o convívio com outros alunos é enriquecedor por meio da participação dos outros alunos quando estão interagindo durante as atividades lúdicas.

1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é uma modalidade da educação que se especializa em atendimentos de pessoas que possuem algum tipo de deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, e ainda altas habilidades/superdotação.

Algumas escolas dedicam-se a apenas uma necessidade, ao mesmo tempo em que outras se dedicam a várias. A escola voltada para educação inclusiva conta com materiais, equipamentos, infraestrutura e professores especializados. O ensino regular deve ser adequado pedagogicamente, modificando-se para atender de forma inclusiva.

A escola inclusiva baseia-se na defesa de princípios e valores éticos, nos ideais de cidadania e justiça para todos, em contraposição aos sistemas hierarquizados de inferioridade e desigualdade. Para Sasaki (1997, p. 41), inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais, e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade(...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo e valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

O termo “educação inclusiva” se qualifica tanto na área de conhecimento quanto em um campo de atuação profissional. Dessa forma, lida com os acontecimentos de ensino e aprendizagem que não têm sido ocupação do sistema de educação regular. Contudo tem entrado em pauta nas últimas duas décadas, devido a sua movimentação.

1.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história da educação especial no mundo teve seu início no século XVI, quando médicos e pedagogos passaram a acreditar no potencial de pessoas que antes eram vistas como sem perspectiva de aprendizagem. (MENDES, 2006, p. 387). Outro grande nome da história da educação especial foi do médico francês, Jean Marc Gaspard Itard (1774 – 1838), que recebeu a tarefa de educar o menino selvagem de Aveyron. O garoto foi capturado na floresta de Aveyron, no sul da França, por volta de 1800. O médico foi reconhecido pela sua habilidade em ensinar a linguagem surda em prol da reeducação do garoto.

No Brasil, na década de 1920, foram realizadas várias reformas na educação brasileira, influenciadas pelo ideário da Escola – Nova. Para isso, vários professores e psicólogos europeus foram trazidos para oferecer cursos aos educadores brasileiros, influenciando os rumos da Educação Especial no nosso País. (MENDES, 1995).

Em 1929, chegou a Minas Gerais, a psicóloga russa Helena Antipoff, que fundou em 1932, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, para atender aos deficientes. Deste modo, foi propiciado às crianças, sem lesões graves, mas com dificuldades ou distúrbios de aprendizagem, como hiperatividade, dispersão, problemas emocionais, dentre outros, a possibilidade de frequentar a escola. Ela ainda criou a primeira associação de pais e amigos de excepcionais em 1954.

No Brasil acontecia uma rápida expansão das classes e escolas e especiais nas escolas públicas e de escolas especiais comunitárias privadas e sem fins lucrativos. O número de estabelecimentos de ensino especial aumentou entre 1950 e 1959, sendo que a maioria destes eram públicos em escolas regulares. Em 1967, a Sociedade Pestalozzi do Brasil, criada em 1945, já contava com 16 instituições por todo o país. Em 1963, foi realizado o primeiro congresso, criado pela Federação Nacional de APAES (FENAPAES). Pode-se dizer que houve uma expansão de instituições privadas de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, isentando, assim, o governo da obrigatoriedade de oferecer atendimento aos deficientes na rede pública de ensino. (MENDES, 1995).

Um dos pontos que gerou polêmica entre as pessoas que lutavam a favor das pessoas deficientes foi que, ao citar as deficiências, omitiram-se os deficientes visuais, auditivos e também aqueles indivíduos com condutas típicas das síndromes neurológicas e psicológicas.

A prática da integração social no cenário mundial teve seu maior impulso a partir dos anos 1980, reflexo dos movimentos de luta pelos direitos dos deficientes. No final da década de 1960, o movimento pela integração social iniciou a inserção dos indivíduos que apresentavam deficiências nos sistemas sociais como a educação, o trabalho, a família e o lazer. Essa abordagem teve como fator fundamental a elaboração do princípio de normalização.

O conceito de normalização só chega ao Brasil na década de 1970, opunha-se aos modelos de segregação e defendia a ideia de possibilitar as pessoas que apresentavam deficiência condições de vida o mais normal possível, assemelhando-se a de todas as outras

pessoas consideradas normais (SASSAKI, 1997, p. 22)

O conceito de normalização foi defendido pela política nacional de Educação Especial como: Princípio que representa a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer, às pessoas com deficiência condições de vida diária o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade. Percebe-se que as conquistas em relação à educação inclusiva foram mundialmente significativas, consideradas um marco nas propostas de educação para todos.

Esses eventos foram “A Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jontiem, na Tailândia em 1990, que buscou garantir a igualdade de acesso à educação a pessoas com qualquer tipo de limitação. E “A Conferência Mundial sobre Educação Especial”, ocorrida em Salamanca, na Espanha, em 1994. Nessa conferência foi elaborada a Declaração de Salamanca e a Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, que se “inspira na igualdade de valor entre as pessoas, propõe ações a serem assumidas pelos governos em atenção às diferenças individuais.” (CARVALHO, 1997, p.146).

De acordo com a Declaração de Salamanca, o conceito de inclusão é um desafio para a educação, na medida em que estabelece que o direito à educação seja para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, como podemos observar no trecho a seguir:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas, e que trabalham crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.3)

O princípio fundamental da educação inclusiva é que os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos, independente de suas capacidades. Ao mesmo tempo ela aponta uma escolarização de crianças em escolas especiais, nos casos em que a educação regular não pode satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno.

Não podemos ser ingênuos ao ponto de considerar que a inclusão é um processo fácil e que uma mudança significativa nas possibilidades educacionais das pessoas que apresentam deficiência já está se dando, como afirmam os documentos oficiais. (FERREIRA e FERREIRA, 2004, p.5).

Reconhecemos que trabalhar com classes heterogêneas que acolhem todas as diferenças traz inúmeros benefícios ao desenvolvimento das crianças deficientes e também às não deficientes, na medida em que essas têm a oportunidade de vivenciar a importância do valor da troca e da cooperação nas interações humanas.

Para que as diferenças sejam respeitadas e se aprenda a viver na diversidade, é necessária uma nova concepção de escola, de aluno, de ensinar e de aprender. O princípio da inclusão exige uma radical transformação da escola, pois caberá a ela adaptar-se às condições dos alunos, ao contrário do que acontece hoje, quando os alunos têm que se adaptar à escola. A inclusão não se limita ao atendimento aos indivíduos que apresentam deficiências.

Portanto, a Educação Inclusiva surge para atender uma parcela daqueles que necessitam de uma educação diferenciada. Antigamente os alunos eram atendidos em escolas específicas, para cada tipo de deficiência e não se pensava em escola para todos. O tipo de dificuldade/deficiência apresentada pelos alunos era acolhido de maneira diferenciada em cada momento histórico. Hoje a escola regular tem a obrigatoriedade por lei, em receber qualquer tipo de aluno.

1.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ATUALIDADE

A ideia de escola inclusiva na atualidade é receber aqueles que estavam fora dela, os excluídos. Essa escola precisa se preparar para receber esse aluno, não pode aplicar as mesmas atividades e avaliações, precisa-se adaptar com propostas diferenciadas perante as várias deficiências.

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, ver as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que compõem a sociedade e que nela interferem. (GLAT, 2007, p. 16)

Educação inclusiva pode ser renomada como uma nova cultura escolar: plano de escola que visa ao avanço de respostas educativas que alcança a todos os alunos. A nova cultura escolar implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e dos próprios sistemas Educacionais.

A Declaração de Salamanca deixa bem claro esse aspecto quando afirma que: “Todas as crianças, de ambos sexos têm direito fundamental a educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter a manter um nível aceitável de conhecimento”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.10).

Os alunos, independentemente do tipo ou grau de comprometimento, devem estar nas classes comuns de ensino regular, cabendo à escola a responsabilidade de se transformar principalmente no que diz respeito à flexibilização curricular, para dar a resposta educativa adequada as suas necessidades.

A Educação Inclusiva é o grande desafio de todos os que trabalham em educação. Faz uso de uma metodologia centrada na Investigação com ação, permitindo operacionalizar uma diferenciação curricular e pedagógica inclusiva ao invés de uma diferenciação que retoma e reforça a uniformidade, a exclusão.

A educação inclusiva não se fará se não forem introduzidos na sala de aula instrumentos diferentes dos que têm vindo a ser utilizados. O professor se é sensível à diversidade da classe e se acredita que esta diversidade é um potencial a explorar, tem necessidade de conhecer os seus alunos, do ponto de vista pessoal e socioantropológico (Cortese & Stoer, 1997). Esta maneira de agir do professor, muito próxima da investigação ação, do professor reflexivo (Zeichner, 1993), do professor investigador, investigador da sua sala de aula (Estrela, 1986, Teodoro, 2001), vai desencadear uma atitude reflexiva e crítica sobre o ensino/aprendizagem e sobre as condições do processo de aprendizagem, não permitindo a tão criticada “educação bancária”, na expressão de Paulo Freire.

(SANCHES, 2005, p.132)

A inclusão escolar é realizada para atender aos alunos com algum tipo de necessidade especial e propicia a ampliação de acesso comum para esses alunos dentro do ambiente escolar. Os professores e todos os profissionais da escola precisam estar preparados para receber esse indivíduo, pois essa criança pode aprender com todos.

Então, a Educação Inclusiva visa a integração na vida em sociedade. A escola tem o papel de oferecer oportunidade de inserção e valorizar as potencialidades de seus alunos e assim contribuir com o exercício da cidadania.

2 JOGOS E BRINCADEIRAS INCLUSIVAS

A brincadeira não deveria ser entendida como uma atividade secundária ou como um “mero passatempo” das crianças. Ao contrário, deveria ser valorizada e estimulada, já que tem uma importante função pedagógica. Para que as brincadeiras tenham lugar garantido no cotidiano das instituições educativas é fundamental a atuação do professor/mediador. Ele exerce papel de mediador na dinâmica das interações interpessoais e na interação das crianças com os objetos de conhecimento.

Ao brincar a criança não tem o objetivo de adquirir conhecimento, mas sim de tratar o jogo como diversão. Ao utilizar o jogo em sala de aula o professor deve ter o cuidado para entender as limitações de seu aluno. A partir das experiências com os brinquedos e brincadeiras, a criança desenvolve seu comportamento, assim como aprende em termos cognitivos (VYGOTSKY, 1998).

Os jogos e brincadeiras na educação inclusiva se referem a um momento de socialização, aprendizagem e conhecimento, fornecendo às crianças componente simbólico, bem como materiais, que contribuem para a construção dos processos cognitivos, motores, estéticos, éticos e socioafetivos.

Os jogos, historicamente, são de grande valor, não apenas pelo interesse que universalmente despertam nas crianças, mas também pela alegria que manifestam ao jogar... os jogos trazem, ainda, a grande vantagem de oferecer, ao que deles participam excelentes oportunidades para o desenvolvimento físico, mental, emocional e social. (NEGRINE,1994, p.13)

Partindo dos jogos e brincadeiras, as atividades lúdicas podem contribuir para o desenvolvimento intelectual da criança, até mesmo as que apresentam dificuldade de aprendizagem. Um dos propósitos prioritários da educação inclusiva deve ser um ensino de conceitos, o qual levará ao aluno a ter mais eficiência na construção do conhecimento e a aprender a responder diferencialmente a estímulos pertencentes a variadas dificuldades.

A importância do jogo no desenvolvimento da educação inclusiva também é focada na perspectiva sócio histórica. Vygotsky (1989) diz que é enorme a influência do brincar no desenvolvimento da criança. No jogo, a criança cria e expressa uma situação imaginária. Vygotsky situa o começo da imaginação humana na idade de 3 anos, afirmando que ela surge originalmente da ação. Durante a idade escolar, as habilidades conceituais da criança são expandidas por meio do jogo e do uso da imaginação.

2.1 O QUE SÃO JOGOS?

O jogo é uma atividade voluntária, realizada dentro de limites de tempo e de espaço, previamente segue regras concedidas, obrigatórias, acompanhado de um

sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente de uma vida cotidiana. Dentro do jogo, brinquedo ou brincadeira para todas as crianças com dificuldade de aprendizado tem diferentes significados e resultados, pois depende do meio em que ela está inserida na sociedade e no seu emocional.

Os jogos representam uma fonte de conhecimento sobre o mundo e sobre si mesmo, contribuindo para o desenvolvimento de recursos cognitivos e afetivos que favorecem o raciocínio, a tomada de decisões, a solução de problemas e o desenvolvimento do potencial criativo. (LOPES, 2000, p. 32).

Quando propomos um jogo, além dos objetivos cognitivos a serem alcançados, esperamos que a criança inclusiva possa ser capaz de socializar, criar e explorar a criatividade, interagir e aprender. Brincar e jogar não são passatempos, trata-se de atividades fundamentais para construção do conhecimento sobre o mundo, proporcionando além das experiências lúdicas um senso de acolhimento e aceitação. Os jogos e as atividades lúdicas ajudam a reconhecer as potencialidades de cada criança, desenvolver o raciocínio, expressar ideias, pensamentos e emoções, permite ainda que a criança entre em contato com seu próprio corpo e com suas possibilidades de movimentação desenvolvendo assim sua consciência corporal e seu autoconhecimento.

A ludicidade como um estado de inteireza, de estar pleno naquilo que se faz com prazer, pode estar presente em diferentes situações da vida. Algumas escolas tornaram-se um local onde a criatividade e liberdade infantil são deixadas de lado e os jogos e as brincadeiras são ignorados, excluindo o aspecto lúdico da criança.

A utilização dos jogos como prática pedagógica na educação inclusiva resulta em grandes benefícios e conquistas para os alunos no que diz respeito à construção de sua aprendizagem, entre elas o aumento da autoestima, pois a criança não se sente constrangida e nem ameaçada. Afinal ela está participando de uma brincadeira, que é um processo de construção e instrumento pedagógico dentro da sala de aula.

Os jogos e brincadeiras realmente contribuem para a construção do conhecimento, desde que sejam usados em atividade lúdica de uma forma encantadora, respeitando as etapas de desenvolvimento de cada criança. A infância bem vivida em termos lúdicos faz-se sentir ao longo da existência do indivíduo.

É necessário que a escola favoreça e promova o ensino e a aprendizagem, estimulando todos os profissionais (professores, gestores, administrativo) a adotarem como metodologia a prática de atividades lúdicas, criando um ambiente educador, e favorecendo o processo de aquisição de autonomia de aprendizagem.

2.2 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM A PARTIR DE JOGOS E BRINCADEIRAS

Existe uma inter-relação entre aprendizado e desenvolvimento desde o início da vida. Eles são unidos, mas não coincidentes. A aprendizagem vai à frente do desenvolvimento. Na visão ainda amplamente aceita, quando uma criança domina um conhecimento – o significado de palavras, uma operação matemática – seu desenvolvimento está completo. Para Vygotsky, ele está apenas começando.

O domínio de um conteúdo fornece a base para o desenvolvimento posterior de processos internos complexos no pensamento da criança. O processo de de-

envolvimento ocorre quando há aprendizagem. “O aprendizado pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam” (VYGOTSKY, 1984 apud LEITE et. al., 2009, p. 4)

Para o avanço da aprendizagem dentro da educação inclusiva, é preciso que aconteça a intervenção pedagógica, que atenda às necessidades individuais de cada criança, para que aconteça de fato a melhoria e a qualidade de ensino e aprendizagem. Segundo Cunha (2014, p. 68).

A aprendizagem criativa é uma experiência consciente, manipulada e transformadora. Não se restringe simplesmente as influências sobre os conceitos existentes, mas abarca modificações operadas pelo aprendiz que vão traduzir-se em uma nova forma de executar tarefas ou manusear materiais. Alunos com deficiência já são predispostos a improvisações em razão de restrições que possuem. Há neles um potencial criativo que necessita ser explorado em sala, pois limitações genéticas podem ser superadas pelos estímulos do ambiente escolar.

Dessa forma, cabe ao professor levar em conta os vários fatores como social, cultural e a história de vida de cada educando, com características pessoais, sensoriais, motoras e psíquicas, para que possa dar a devida atenção e atender da melhor forma possível. Então, para um bom desenvolvimento da aprendizagem das crianças, é necessário que haja disponibilidade cognitiva e emocional. Trata-se de um fator essencial para que aconteça interação com os colegas e com a aprendizagem, convivência em grupo, socialização e entendimento das normas, valores e atitudes uns dos outros.

A Zona de Desenvolvimento Proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real (solução independente de problemas) e o nível de desenvolvimento potencial (capacidade de solução de problemas sob a supervisão de um adulto ou com a colaboração de companheiros mais capazes). Vygotsky afirma que: “Aquilo que é a zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã”. (1984 apud LEITE et. al., 2009, p. 98).

Nessa teoria, o desenvolvimento começa no nível interpessoal (social), em direção ao nível intrapessoal (quando ocorre a internalização pessoal), rumo à autonomia intelectual e afetiva, levando em consideração as diversidades de cada aluno. De acordo com Vygotsky (1979), a imitação tem um papel de extrema importância no desenvolvimento da criança, uma vez que ela aprende a partir de um dado modelo, geralmente por um adulto, professor ou responsável.

A ludicidade, bem como a possibilidade de atuação crítica, proporciona ao aluno uma participação efetiva no processo de ensino aprendizagem, se tornando um momento ímpar de crescimento pessoal e coletivo. A educação inclusiva figura como um processo de valorização do aluno enquanto indivíduo inserido no mundo, possibilitando uma prática pedagógica comprometida com a educação do indivíduo. Cabe ao professor reformular suas práticas e não simplesmente adotar diferentes conceitos para defini-las, encarando-as como ferramentas para atuação e transformação direta da realidade, relacionando a aprendizagem com uma atitude ativa e não passiva.

O mediador, agente de transformação social, reconhece o papel do jogo no processo de inclusão como recurso viável eficaz na aprendizagem dos alunos

da educação inclusiva. Nesse momento de jogos e brincadeiras, o aluno tem a oportunidade de estabelecer entendimento no processo de sua aprendizagem.

Para os profissionais que trabalham com educação inclusiva, é de extrema importância estabelecer intervenções pedagógicas. Os jogos e brincadeiras desempenham neste momento um papel também de intervenção, pois se espera que a criança com deficiências se desenvolva de forma que possa trazer benefícios em vários aspectos como cognitivo, físico, intelectual e social.

3 PROPOSTA DE JOGOS E BRINCADEIRAS PARA O ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao longo da história da educação especial, podemos constatar que a utilização dos jogos e brincadeiras sempre esteve presente na educação de crianças com deficiência. Desse modo, a médica e educadora italiana, Maria Montessori, defendeu que a educação do intelecto podia ter como ponto de partida uma educação sensorial e daí construiu vários materiais didáticos.

Após experiências com crianças deficientes, desenvolveria, vários materiais manipulativos destinados à aprendizagem. Estes materiais, com forte apelo à “percepção visual e tátil”, foram posteriormente estendidos para o ensino de classes regulares. Acreditava não haver aprendizado sem ação: “Nada deve ser dado a criança, no campo da matemática, sem primeiro apresentar-se a ela uma situação concreta que a leve a agir, a pensar, a experimentar, a descobrir, e daí, a mergulhar na abstração” (AZEVEDO, 1979, p. 27).

O método montessoriano ficou conhecido e se espalhou no mundo todo. Ela era convidada a ministrar palestras para formação de docentes. No seu país de origem, esse método se tornou oficial nas escolas públicas, toda a Itália planejava suas escolas de acordo com essa técnica. Pollard (1993, p. 42) corrobora dizendo que “[...] Maria Montessori era cada vez mais convidada para dar palestras e abrir novas Casas das Crianças”. Isso significava que mais gente treinada em seu método seria necessária para trabalhar.

O professor como mediador deve utilizar como uma metodologia na educação inclusiva. Podem ser utilizados jogos, brincadeiras, leitura, música. O professor nesse momento é o influenciador do desenvolvimento do aluno, e suas atitudes vão interferir diretamente no estabelecimento do conhecimento.

Como exemplos de jogos pedagógicos que podem ser utilizados tanto na educação de alunos com deficiência quanto dos demais alunos. O professor pode lançar mão desse recurso para trabalhar os conteúdos indicados junto a cada figura ou ainda pode criar outras situações com os jogos explicitados.

O Alfabeto Móvel pode ser utilizado com crianças a partir de 5 anos. Sugere-se que esse recurso seja utilizado em sala de aula com o objetivo de reconhecer as letras, diferenciar letra cursiva de letra bastão, coordenação motora. O professor pode desenvolver outras atividades com o jogo. É mais adequado para grupos pequenos. É também um recurso prático para ser utilizado na sala de AEE⁴.

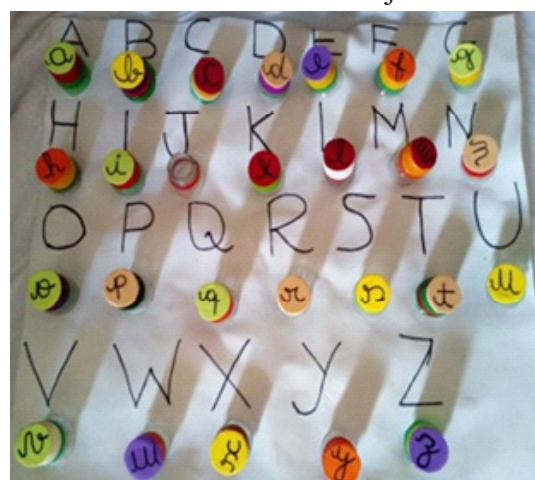


Figura 1: Alfabeto Móvel
 Fonte: Própria (2018)

⁴Sala de atendimento educacional especializado, onde um professor especialista em Educação Inclusiva atende alunos com deficiências de forma individual ou em grupos no contra-turno ao que os alunos estudam.

Na Matemática, o professor pode utilizar os pregadores de roupas, sendo adequado para pequenos e grandes grupos de crianças a partir de 5 anos. Sugere-se que esse recurso tenha os objetivos de reconhecer os números e desenvolver coordenação motora fina, memória e atenção.



Figura 2: Pregadores de roupas- Matemática- somatórios
Fonte: Própria (2018)

O antigo jogo de pega varetas também pode ser um aliado à educação, inclusive de alunos com dificuldade de aprendizagem. É adequado para ser trabalhado com pequenos e grandes grupos, sendo crianças a partir de 4 anos. A sugestão é que esse jogo possa desenvolver habilidades manuais, estratégias e trabalhar a matemática.



Figura 3: Pega Vareta
Fonte: Própria (2018)

O Material Dourado, muito usado nas séries iniciais é indicado para pequenos e grandes grupos a partir de 5 anos. Tem como objetivo trabalhar agrupamento, construção livre e relações.



Figura 4: Material Dourado
Fonte: Própria (2018)

O jogo “Roleta de Cores” é indicado para grupos pequenos com crianças a partir de 3 de idade. Tem como objetivo reconhecer os números, fazer combinações entre as cores, trabalhar o raciocínio lógico e memória.

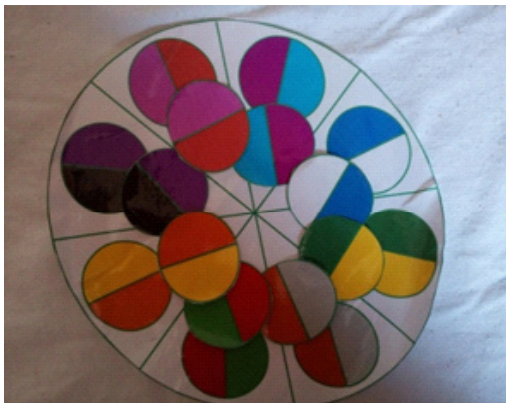


Figura 5: Roleta de Cores
Fonte: Própria (2018)

Um recurso recomendado para crianças em idade pré-escolar, que pode ser recomendado para alunos com deficiência é o alfabeto-Móvel com massinha. É adequado para pequenos e grandes grupos. Faixa etária a partir de 3 anos. O objetivo pode ser trabalhar criatividade, coordenação motora, oralidade, estimular a alfabetização, ter sensações e movimentos.



Figura 6: Alfabeto Móvel com Massinha
Fonte: Própria (2018)

As formas geométricas são noções básicas que atuam como pré-requisito na alfabetização. Sugere-se que se faça a associação das formas com carrinhos. De forma lúdica, trabalha-se com crianças a partir de 4 anos, em pequenos ou em grandes grupos. O objetivo pode ser conhecer as formas geométricas, associar as cores das formas às dos carrinhos, trabalhar a coordenação motora, identificar formatos diferentes, fazer comparações, explorar noções matemáticas.



Figura 7: Formas Geométricas
Fonte: Própria (2018)

A caixa de areia sensorial é adequada para pequenos e grandes grupos a partir de 3 anos de idade. Pode ter como objetivo trabalhar o sensorial, propor escrita de formas, letras, números e desenhos livres.



Figura 8: Caixa de areia sensorial
Fonte: Própria (2018)

Referente aos jogos e brincadeiras apresentadas para a aprendizagem, temos a convicção de que o lúdico nesse processo, promovendo o encontro entre o brincar e o aprender, deixa de ser um mero passatempo garantindo o desenvolvimento cognitivo da criança em todos os seus aspectos. São destacados exemplos de jogos que trabalham a cognição, coordenação motora fina, habilidades manuais, raciocínio lógico-matemático, linguagem, memória, atenção, dentre outras habilidades básicas que proporcionarão o pleno desenvolvimento infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do lúdico na Educação Inclusiva, por meio de jogos e brincadeiras como prática pedagógica evidencia sua função como estimulador e motivador do processo de aquisição de aprendizagem e novos conhecimentos. No entanto, é necessário que o professor tenha a visão ao aplicar jogos/brincadeiras com o objetivo de que a criança possa adquirir o conhecimento, ter o desenvolvimento cognitivo e alcançar a aprendizagem.

O aluno deve ser estimulado com o uso dos jogos e brincadeiras, pelo fato de ser uma prática já realizada por elas antes. O grande desafio dos professores/mediadores é que eles precisam ampliar esses momentos além do simples lazer, transformando-os em situações produtivas e significativas para o desenvolvimento dessa criança, para o seu aprender, ressaltando suas habilidades e potencialidades.

Os jogos beneficiam a aprendizagem do aluno ao processar os mecanismos de atenção que lhes facilitam executar tarefas satisfatórias e adequadas. É uma atividade que propicia prazer, motiva e ajuda a desenvolver a concentração, permitindo assimilar e criar possibilidades de transformação. As atividades lúdicas em conjunto com a boa ação do professor, são caminhos que favorecem o bem-estar e interação entre as crianças. Garantindo assim experiências e aprendizagem entre eles.

Os professores precisam pensar nas brincadeiras e jogos, ajudando as crianças a escolhê-los, modificá-los ainda inventar novos jogos. É importante também durante o jogo a intenção social da criança entre seus colegas para poder construir sua lógica, seus valores sociais e morais.

As crianças aprendem com mais facilidade por meio de jogos em grupos do que em muitas lições e folhas. O lúdico na educação inclusiva tem o papel fun-

damental para a criança em sua fase de desenvolvimento e aprendizagem. Pois, a partir das brincadeiras estarão construindo o seu conhecimento.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. D. M. Apresentação do trabalho Montessoriano. In: Ver. de Educação & Matemática n° 3 (pp. 26 - 27), 1979.

CARVALHO, Rosita Edler. 1997. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WVA.

CUNHA, Antônio Eugênio. Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Espanha: 7 a 10 de junho e 1994.

FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A L. F. (orgs.). Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

GLAT, R. (Org.) Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

LEITE, C. A. R.; LEITE, E. C. R.; PRANDI, L. R. A aprendizagem na concepção histórico cultural. Akropolis Umuarama, v. 17, n. 4, p. 203- 210, out./dez. 2009.

LOPES, M. da G. Jogos na educação: criar, fazer, jogar. 3. Ed. São Paulo: Cortez. 2000.

MENDES, E. G. A radicalização sobre o debate inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira da Educação, v.11, n.33, p. 387-405, 2006.

_____. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

NEGRINE, Airton. Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil: Simbolismo e Jogos. Porto Alegre: Prodil, 1994.

POLLARD, Michael. Maria Montessori. São Paulo: Globo, 1993.

SANCHES, I. Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-ação à educação inclusiva. Revista Lusófona de Educação. Lisboa, 005, pp127-142, 2005

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. 6. ed., São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1998.